

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 21.01.2021

### Qualidade da habitação pública

Recentemente, voltou a acontecer o desprendimento de azulejos grandes nos corredores e *lobby* dos Edifícios do Lago e Ip Heng, em Seac Pai Van, o que despertou outra vez as dúvidas da sociedade sobre a qualidade de construção das habitações económicas.

Na realidade, o desprendimento de azulejos está sempre a acontecer. Quando é no prazo de garantia, o Governo pede ao empreiteiro para reparar gratuitamente, e já houve vezes em que, depois de expirado o prazo, foi o Governo a apoiar a reparação, através do erário público. Mas como se utiliza o mesmo material, por mais reparações que se façam, o problema não acaba e aparece sempre no Inverno. Isto deve-se, em grande medida, à má escolha de materiais e à falta de controlo da qualidade, pois já não se deve utilizar azulejos grandes nas paredes; mais, quando não há rigor nas obras, a aderência é bem mais fraca, e com a dilatação térmica, os azulejos desprendem-se. Além disso, são frequentes os pequenos problemas e as repetidas reparações nas habitações públicas recém-construídas. Como se sabe, as famílias que compraram habitações económicas têm capacidade financeira limitada, e tiveram de esperar muito tempo para ter um doce lar. Quando o prazo de garantia acaba e os problemas decorrentes da falta de controlo da qualidade continuam, são os pequenos proprietários que, todos os anos, têm de suportar as respectivas despesas de reparação, o que é realmente um incómodo.

O Governo, enquanto promotor, tem a responsabilidade indeclinável de fiscalizar a qualidade das habitações públicas. Estão sempre a acontecer quedas de azulejos nas habitações económicas, e o Governo não pode “lavar daí as mãos”, alegando que o prazo de garantia expirou, deve sim assumir mais responsabilidades. Sugere-se que seja o primeiro a tomar a iniciativa de, em conjunto com os construtores civis, apoiar os pequenos proprietários na convocação da assembleia de condóminos para discussão de uma solução radical, e procurar um consenso para iniciar, quanto antes, as respectivas obras, e, assim, resolver eficazmente os problemas. Sugere-se ainda ao Governo e às empresas de administração que tomem a iniciativa de proceder à inspecção dos azulejos nos outros espaços públicos dos edifícios, com vista a detectar eventuais perigos, a fim de não pôr em risco a segurança dos moradores. Numa perspectiva de longo prazo, o Governo tem de rever a qualidade de construção da habitação pública, reforçar a fiscalização da qualidade durante a construção, proceder bem à concepção das habitações públicas, à fiscalização e vistoria a posteriori, e aperfeiçoar o regime de concurso, reforçar os critérios de avaliação, elevar o grau de transparência da selecção de materiais, e retirar ensinamentos da experiência, não devendo utilizar azulejos grandes na decoração de paredes; deve ainda criar-se uma base de dados para avaliar o desempenho e registar a

pontuação da qualidade das obras dos diferentes empreiteiros, para servir de referência à avaliação de futuros empreendimentos de habitação pública, e instar os empreiteiros a melhorar as técnicas de construção, no sentido de garantir a qualidade e quantidade dos empreendimentos de habitação pública e a sua conclusão dentro do prazo previsto. Assim, caso surjam problemas de qualidade, devem ser aplicadas sanções ao empreiteiro, à empresa projectista e à empresa de fiscalização, com vista a aumentar a confiança dos cidadãos nas obras públicas.

Por outro lado, o actual prazo de garantia das obras públicas é normalmente de dois anos, enquanto o prazo de garantia das obras de impermeabilização é de cinco anos, prazos estes que, obviamente, não são suficientes. Quando os residentes ocupam as habitações já o prazo de garantia do edifício expirou, por isso, propõe-se a prorrogação adequada do prazo de garantia das obras públicas, a fim de proteger melhor os direitos e interesses dos residentes.

## **IAOD do deputado Si Ka Lon em 21.01.2021**

### **Melhorar o trânsito na zona da Pérola Oriental e efectuar um bom planeamento de trânsito**

Na sequência da entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, iniciaram-se as obras de ligação entre a Zona A dos Novos Aterros Urbanos e a Zona Nordeste, a empreitada das habitações para idosos, os trabalhos de construção da quarta ligação entre Macau e Taipa e os trabalhos de definição de planos da linha leste do metro ligeiro, portanto, a pressão do trânsito das zonas ao redor da Pérola Oriental vai aumentar. A Rotunda da Amizade vai passar a assumir um papel evidentemente importante, uma vez que estabelece a ligação às Portas do Cerco, à Ponte da Amizade, à Zona A dos Novos Aterros Urbanos, e à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, etc. Para evitar que a referida rotunda se transforme num novo ponto negro de trânsito, o Governo deve tomar as devidas medidas preventivas.

Neste momento, a situação do trânsito na zona da Pérola Oriental nas horas de ponta é grave. A fim de melhorar o trânsito e aliviar os congestionamentos, o Governo anunciou a construção da primeira fase do viaduto da Rotunda da Amizade, com vista a aliviar a pressão do trânsito naquela zona. A sociedade ficou satisfeita e espera que as obras fiquem concluídas o mais rapidamente possível, nesta altura em que o número de turistas é reduzido, pois segundo as previsões, as obras só vão estar concluídas no 3.º trimestre de 2022. Durante a execução das obras, a pressão vai ser maior para a rede rodoviária na referida zona. Na minha opinião, a epidemia veio criar espaço e tempo para organizar o trânsito e executar obras, assim, proponho ao Governo que acelere as obras e defina, a curto prazo, medidas provisórias de redireccionamento do trânsito, aproveitando ao máximo as vias com menos movimento nas proximidades, e ajuste os respectivos itinerários, para evitar o agravamento dos congestionamentos naquela zona.

Mais, com o início das obras de construção das residências para idosos e das habitações económicas na Zona A ainda este ano, é previsível que a população aumente na zona nordeste. Há ainda vozes na sociedade a manifestar a sua preocupação com a falta de instalações complementares nas vias circundantes, o que só vai dificultar as deslocações dos residentes, por isso, o Governo deve, ao mesmo tempo que se iniciam as obras, proceder ao planeamento da rede viária a médio prazo, e divulgar o respectivo calendário de construção, com vista à construção, com a maior brevidade possível, da rede viária da Zona A e respectivos acessos, bem como ao aperfeiçoamento do sistema pedonal tridimensional, facilitando assim as deslocações dos residentes.

Numa perspectiva de longo prazo, com a implementação da política de circulação de veículos de Macau na China, o Governo tem de trabalhar melhor no

planeamento geral do trânsito de Macau. Da minha parte, espero que, através do relatório da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), o Governo reveja toda a rede viária, nomeadamente, o crescimento do número de veículos, a política de transportes públicos, o sistema de metro ligeiro e as respectivas infra-estruturas, e elabore o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)” mais bem adequado às necessidades do desenvolvimento de Macau, com vista a resolver de vez os antigos e difíceis problemas do trânsito.

## **IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 21.01.2021**

### **Incentivar a variedade de emprego dos residentes e aumentar a capacidade global de Macau**

Nos últimos dez anos, o rápido desenvolvimento da indústria turística criou muitos postos de trabalho, aliviando o desemprego em Macau. No entanto, com o surto da epidemia, a economia global abrandou, e a procura de mão-de-obra local diminuiu significativamente. De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, até ao terceiro trimestre de 2020, a taxa de desemprego dos residentes com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos atingiu 18,2%, ou seja, aproximadamente um quinto da população local estava desempregada, a mais elevada percentagem desde 2013.

De acordo com o relatório sobre a situação do emprego dos recém-graduados em 2020, esta geração está mais habituada a ter uma vida estável, com ênfase no gosto, no gozo da vida e na procura da satisfação espiritual. É de salientar que, mesmo que não consigam ter um emprego correspondente à sua formação, a maioria dos estudantes da China Continental prefere “entrar primeiro no mercado de trabalho e saltar para o emprego adequado depois”. Esperam acumular primeiro diferentes experiências de trabalho e cimentar boas bases para mais tarde escolher o trabalho de que gosta. Hoje em dia, perante a falta de emprego e de maturidade das novas indústrias, os graduados de Macau devem ter a coragem de ultrapassar as dificuldades e atrever-se a desafiar o seu próprio estado de espírito, para ir ao encontro da nova situação pós-epidemia. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Sugere-se que, após a recuperação da economia, os candidatos a emprego fiquem a ganhar logo à partida, no que respeita à escolha de emprego. Só trabalhando é que podemos dar-nos ao luxo de escolher um bom emprego, assim, enquanto alguns finalistas ficam indecisos, há outros que tomam a iniciativa de adquirir experiência social e profissional, e estes é que conseguem elevar rapidamente a sua competitividade. Nesta altura especial em que a economia está em baixa, as pessoas devem experimentar trabalhar em diversas áreas, para ficarem bem preparadas, acumularem experiência, construírem redes de apoio, e adquirirem autoconfiança e capacidade suficientes, para conseguirem fazer boas escolhas de emprego quando a economia recuperar. Devem ainda ser proactivas e positivas, e descobrir, durante a acumulação de experiência, as suas vocações e pontos fortes, para fixar objectivos para as suas carreiras profissionais.

2. Sugere-se a cooperação entre o Governo e a população, para elevar o reconhecimento das técnicas profissionais e atrair a entrada de trabalhadores locais em diferentes sectores. No passado, por razões salariais e de regalias, os locais tendiam a trabalhar no sector do jogo e na função pública. A maioria do trabalho na área administrativa exige certas técnicas profissionais, e os salários são mais elevados do que os da área do operariado, mas, mesmo assim, ainda há

falta de pessoal, pois, os sectores industrial e comercial continuam a depender dos não residentes. Sugere-se ao Governo que, tendo em conta a realidade, clarifique e reconheça as técnicas profissionais e proteja o emprego, para orientar os residentes sobre a importância das mesmas e, conseqüentemente, atrair mais residentes a entrar nos referidos sectores, com vista à promoção da diversificação dos talentos locais.

3. Sugere-se o reforço da integração dos talentos locais nos projectos da Grande Baía. Com a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía, o Governo tem incentivado, quer as empresas e quer os talentos locais, “a expansão para o exterior e a entrada no mercado local”. Quanto aos projectos na Grande Baía, liderados ou com investimento do Governo da RAEM, sugere-se que este garanta, através de políticas inovadoras, a participação de uma certa proporção de empresas e talentos de Macau.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 21.01.2021**

### **Implementar a vacinação contra a Covid-19 e construir uma barreira imunológica contra a epidemia**

A epidemia de Covid-19 continua a propagar-se pelo mundo, e até agora, já há quase 100 milhões de infectados no mundo. No entanto, com o surgimento dos diversos tipos de vacinas, que já estão a ser utilizadas, os trabalhos de prevenção da epidemia vão entrar numa nova fase. Tendo em conta a saúde da população, o Governo anunciou recentemente que ia encomendar 1,2 milhões doses de vacinas, garantindo assim o seu fornecimento a toda a população. Isto merece o nosso reconhecimento.

Macau é uma cidade pequena com altíssima densidade demográfica e, também, uma cidade turística internacional, sendo difícil evitar e proibir, a longo prazo, a entrada, a saída e a circulação de pessoas, portanto, a vacinação será uma das formas mais eficazes para prevenção da epidemia, e a criação de um plano de vacinação com elevada taxa de cobertura contribuirá bastante para a salvaguarda da vida e saúde da população e para a retoma das actividades económicas.

Como as vacinas contra a Covid-19, que é uma nova doença transmissível, só há pouco tempo é que estão a ser aplicadas, e como são muitas as informações, alguns residentes estão preocupados com a sua administração, o que é compreensível. Mas, por exemplo, no caso da vacina inactivada produzida pelo Estado, segundo os dados da Comissão Nacional de Saúde, a taxa de ocorrência de reacções adversas graves é de apenas cerca de dois milionésimos, o que demonstra segurança e fiabilidade. Assim, o Governo deve fazer bem os trabalhos de divulgação sobre a vacinação e respectivos preparativos, por forma a reforçar os conhecimentos e a confiança da população nas vacinas e a taxa de vacinação, para melhor responder às alterações da situação epidémica mundial.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Concluir, rapidamente, o sistema de marcação prévia para a vacinação. Isto pode permitir que as vacinas estejam disponíveis o mais cedo possível e disponibilizar vias online e offline para a marcação individual e colectiva. Pode ainda facilitar o processo de vacinação, a escolha do local e da data, e permitir avaliar a vontade dos cidadãos, com vista ao planeamento das fases seguintes.

2. Reforçar a promoção da vacinação. Recorrer aos diversos meios, como as plataformas na internet, a imprensa, o rádio e a televisão, para explicar aos cidadãos os aspectos a ter em conta e o processo da vacinação e, em conjunto com as associações, divulgar directamente as informações respectivas, reforçando a eficácia da divulgação e aumentando os conhecimentos dos cidadãos sobre as vacinas e a sua vontade de se vacinarem.

3. Alargar o âmbito dos destinatários prioritários. Quanto às primeiras 100 mil vacinações, o Governo dá prioridade aos trabalhadores da linha da frente da luta contra a epidemia, aos indivíduos com profissões de alto risco e aos residentes que necessitam de se deslocar ao estrangeiro. Sugere-se que, na fase seguinte, o âmbito dos destinatários prioritários seja estendido a outras profissões e a outros trabalhadores que tenham necessidade de contactar com muitas pessoas, por exemplo, jornalistas, assistentes sociais, cuidadores de lares e funcionários públicos da linha de frente.

4. Insistir nos trabalhos de prevenção padronizada. A nova vacina vai ser administrada gradualmente, mas, como ainda não há uma situação de imunidade colectiva, os residentes devem continuar a fazer bem os trabalhos para a sua própria protecção. Já há casos de mutação do vírus, e algumas regiões do Interior da China já foram afectadas, assim, apelo à população para, em articulação com as orientações do Governo, se manter em Macau durante o Ano Novo Chinês e evitar reunir-se, para se defender, em conjunto, o sucesso alcançado por Macau na prevenção da epidemia, e “percorreremos em conjunto os últimos quilómetros desta caminhada”.



## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 21.01.2021

### Planeamento para o desenvolvimento em conformidade com 14.º Plano Quinquenal

As propostas para a formulação do 14.º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Económico e Social Nacional e dos Objectivos de Longo Prazo até o ano 2035 foram aprovadas na quinta sessão plenária do Comité Central do Partido Comunista da China. O “desenvolvimento de alta qualidade” e a “aceleração da definição do novo padrão de desenvolvimento, assente na manutenção do ciclo doméstico e promoção da dupla circulação, doméstica e internacional” são a ideologia orientadora e importante para o desenvolvimento socioeconómico nos próximos cinco anos. Trata-se de um momento histórico de um século de grandes mudanças e duma mudança fundamental no modelo de desenvolvimento económico do País. A integração de Macau no desenvolvimento geral do País requer, antes de mais, que se compreenda e apoie esta mudança. Macau deve alinhar-se totalmente com o 14.º Plano Quinquenal, a fim de garantir mais espaço para o seu desenvolvimento.

Na referida sessão plenária propôs-se o seguinte: promover o desenvolvimento verde e a coexistência harmoniosa entre o Homem e a Natureza; promover uma transformação verde geral do desenvolvimento socioeconómico e assegurar a modernização, em prol da coexistência harmoniosa entre o Homem e a Natureza; acelerar o desenvolvimento verde e de baixo carbono, assegurar a abertura ao exterior e uma cooperação vantajosa para todos; aprofundar e alargar a abertura ao exterior, e aproveitar as vantagens do grande mercado do País, para promover a cooperação internacional, em prol de benefícios mútuos.

Na era pós-pandemia, Macau deve, em articulação com o 14.º Plano Quinquenal do País, potenciar as vantagens e fazer planos de pormenor para o desenvolvimento destas áreas cruciais. Propõe-se que o Governo estude a promoção dos seguintes trabalhos:

Primeiro, desenvolver as finanças verdes e criar uma grande baía hipocarbónica. Para ser a melhor ao nível internacional, a Grande Baía tem de ter um bom ambiente ecológico, e servir de exemplo no desenvolvimento sustentável, isto é, ecológico, hipocarbónico e verde. O Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, incluiu a construção duma Macau verde nas medidas para otimizar a qualidade de vida da população, propostas no seu programa político eleitoral. No ano passado, a AMCM e a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental assinaram uma proposta intitulada “Promover conjuntamente o desenvolvimento das finanças verdes de Macau”. Mais, sob a orientação do *Green Finance Committee of China Society for Finance and Banking*, as entidades congéneres de Macau, Guangdong, Hong Kong e Shenzhen criaram a Aliança das Finanças Verdes da Grande Baía. O Fórum e a Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau trazem,

todos os anos, empresas, entidades governamentais e associações ambientalistas, para fazer negócios e intercâmbio de tecnologia e informação na área da protecção ambiental. Há que aproveitar bem estes factores favoráveis, lançar políticas, coordenar com eficácia, e alcançar resultados concretos.

Segundo, transformar Macau numa plataforma de serviços financeiros da Grande Baía e dos Países de Língua Portuguesa.

Quanto à plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP) e à iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, Macau deve desenvolver serviços financeiros modernos em complementaridade com as três regiões: a margem oeste do Grande Delta do Rio das Pérolas, os PLP e os países ao longo da “Uma Faixa, Uma Rota”; promover a criação duma aliança de bancos entre Macau e os PLP, assumindo o papel de ligação entre a Grande Baía e estes países, aprofundar gradualmente a cooperação financeira entre a China e os PLP, desempenhar um papel relevante na criação da plataforma de serviços financeiros dos PLP; incentivar a indústria de locação financeira nos PLP e nas regiões e países ao longo de “Uma Faixa, Uma Rota”, promover o desenvolvimento económico e comercial bilateral; articular a indústria financeira moderna de Macau, por exemplo, o mercado de obrigações, com a Grande Baía e os PLP; alargar gradualmente a dimensão do mercado de Renminbi *offshore*, construir o centro secundário da actividade de Renminbi e promover a internacionalização desta moeda.

## IAOD do Deputado Lei Chan U em 21.01.2021

### Aperfeiçoar o regime para aumentar a iniciativa do pessoal

Recentemente, a queda de azulejos nos edifícios do Lago, na Taipa, e Ip Heng, em Seak Pai Van, suscitou a atenção da sociedade. Desde a conclusão destes dois complexos de habitação económica até à presente data, esse tipo de incidentes registou-se em quase todos os Invernos, afectando gravemente a vida normal dos moradores, que anseiam que os serviços competentes ajudem a resolver este problema. Mas o que deixa as pessoas mais insatisfeitas é que, depois de os média terem divulgado vários casos, o GDI se limitou a responder que a recepção definitiva dos edifícios em causa já estava concluída. E o IH absteve-se na votação nas assembleias de condóminos, alegando o respeito pelas opiniões da maioria dos proprietários, por isso, o problema ainda não foi resolvido. Para além da qualidade das habitações públicas, a atitude irresponsável e a inércia dos serviços competentes também são alvo de críticas e de insatisfação da sociedade.

A meu ver, os moradores estão perturbados pelo problema de “quedas de azulejos” e precisam urgentemente de apoio para o resolver, mas o IH, enquanto interessado importante da referida habitação económica, não forneceu qualquer opinião ou solução viável, tendo-se limitado a abster-se na votação. Trata-se de uma inacção, em vez de um acto de respeito pela opinião dos moradores. Segundo salientou o Chefe do Executivo na tomada de posse, o Governo actua para servir a população, e os governantes não podem ignorar as solicitações desta, pois devem estudar seriamente as suas necessidades e assumir uma atitude proactiva para servi-la e ajudá-la a resolver problemas. No Relatório das LAG para este ano, faz-se uma análise sobre a inacção dos serviços públicos, apontando-se que, “na execução dos trabalhos, ocorrem ainda fenómenos de falta de iniciativa ao nível de planeamento e acção”, que há “falta de assunção de responsabilidades e riscos” e “um descuidar das aspirações dos residentes e da sociedade, [e] uma assunção superficial dos deveres”; salienta-se que tais problemas e fenómenos, formados e acumulados ao longo do tempo, não podem ser resolvidos num curto prazo, mas o Governo vai enfrentá-los e está determinado a corrigi-los e a melhorá-los, a fim de melhor servir a população.

Segundo a teoria da administração moderna, a inacção é mais prejudicial do que a acção lenta ou à toa, pois pode não só prejudicar o prestígio e a imagem do Governo, como também provocar o descontentamento da população. Na minha opinião, para reprimir as inacções administrativas, pode avançar-se com os seguintes três aspectos:

1. Criar um mecanismo de tolerância a falhas. Só permitindo erros e tolerando falhas é que se pode incentivar o entusiasmo e a iniciativa de todos os funcionários públicos. Segundo o Chefe do Executivo, “as falhas podem ser toleradas, isto é, permite-se que os funcionários públicos, depois de ouvirem as

devidas opiniões, cometam erros, mas não podem cometer o mesmo erro pela segunda vez, e a omissão também não é tolerada”. Mas que tipo de erros é que podem ser tolerados? A tolerância depende da sua motivação ou dos seus resultados? Vão ser avaliados os resultados a curto prazo ou os efeitos a longo prazo? Qual é o serviço competente para essa avaliação e como é o processo? Como não existem critérios claros para o efeito, é necessário criar, gradualmente, regimes que os definam e regulem, para eliminar as preocupações dos funcionários públicos que querem assumir as responsabilidades e se atrevem a fazê-lo.

2. Aperfeiçoar o regime de responsabilização dos dirigentes. Em muitos países, a omissão de funções é considerada crime. Macau tem de aperfeiçoar os respectivos regimes, reforçando a consciência de responsabilidade, de prestação de serviços e de eficácia dos dirigentes, e mudando o seu antigo conceito de “quem não faz não erra”, para que exerçam as suas funções e assumam as suas responsabilidades.

3. Criar um sistema de gestão de desempenho. Através da implementação de um regime de avaliação, deve-se examinar o nível de desempenho dos dirigentes e salientar a assunção de responsabilidades em caso de reprovação e de omissão. O mecanismo de incentivo também deve ser aperfeiçoado, para que os competentes sejam promovidos, os preguiçosos, despromovidos, e os maus excluídos, e os inovadores sejam responsáveis e não fujam às questões.

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 21.01.2021

### **Acelerar a generalização do pagamento electrónico para contribuir para o desenvolvimento da cidade inteligente**

Em Macau, o consumo electrónico está a desenvolver-se com lentidão, os meios de pagamento são diversificados e o seu funcionamento é complexo, o que faz com que o progresso do pagamento electrónico em Macau esteja atrasado em relação às regiões vizinhas. Mas, para fazer face ao impacto da epidemia na economia e na vida da população, o Governo da RAEM procedeu à atribuição sucessiva de duas rondas de apoio económico através de um cartão de consumo, com vista a promover a procura interna e permitir aos residentes experimentarem a vida cómoda de uma cidade inteligente. Algumas empresas conseguiram encontrar novas oportunidades de negócio derivadas da internet, o que elevou significativamente a taxa de utilização do pagamento electrónico em Macau.

Recentemente, o Governo divulgou que iam ser lançados os serviços de “pagamento agregado”- “*Simple Pay*” no primeiro trimestre do presente ano. Na primeira fase, será concretizado o “pagamento agregado através da apresentação do “QR-Code’ do consumidor”, os comerciantes podem utilizar um terminal que aceita todos os meios de pagamento existentes em Macau e apresentados neste formato, enquanto os residentes podem escolher livremente qualquer dos instrumentos de pagamento em “QR-Code”, dando assim mais conveniências aos residentes e comerciantes.

Muitos lojistas manifestaram o seu apoio ao lançamento do serviço de “*Simple Pay*”, mas continuam a ter dúvidas quanto à forma de cálculo dos emolumentos e de outras despesas após a integração das diversas plataformas. Mais, o surto da epidemia persiste, a recuperação económica é lenta e os negócios estão estagnados. O mais preocupante é ainda a questão dos emolumentos, pelo que esperam que o Governo disponibilize mais recursos para apoiar os comerciantes, subsidiar parte das despesas ou incentivar as instituições financeiras a ficarem isentas de emolumentos, estimulando assim mais PME a utilizarem o pagamento electrónico, adaptando-se à nova conjuntura económica.

Por outro lado, existem alguns proprietários idosos de micro, pequenas e médias empresas que não querem aceitar este novo modelo de consumo electrónico, por comparação com a moeda real. Sugiro ao Governo que reforce, de forma contínua, as acções de sensibilização e formação para mostrar as vantagens do pagamento electrónico, ajude essas empresas a adaptar-se às mudanças da era da internet, reduza os custos de liquidação das empresas, preste apoio na transformação e actualização das indústrias, e promova a popularização acelerada do pagamento electrónico em Macau.

Mais, não se pode ignorar os perigos ocultos do pagamento electrónico para a segurança. No processo de utilização desses pagamentos, é provável haver

ataques de *hackers* e vírus cibernéticos, resultando na fuga de palavras-passe e de dados pessoais. Assim, o Governo deve, em conjunto com o sector, efectuar bem os trabalhos de controlo, superando, de forma contínua e a nível técnico, as lacunas no pagamento electrónico, prestar atenção à protecção dos dados pessoais dos cidadãos e comerciantes, proceder à respectiva optimização e melhoria, criar um bom ambiente de desenvolvimento para a divulgação e popularização do pagamento electrónico em Macau, e, em simultâneo com as cidades da Grande Baía, construir equipamentos complementares para uma cidade inteligente e acelerar a sua integração no desenvolvimento da Grande Baía.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 21.01.2021

Macau está a construir-se como cidade inteligente. Nos últimos anos, houve um certo progresso no âmbito do governo inteligente, do transporte inteligente e da medicina inteligente. Perante a epidemia, o desenvolvimento do pagamento electrónico acelerou-se, criando uma boa base para o desenvolvimento da cidade inteligente. Com a entrada em vigor da “Governança electrónica”, a “Conta única de acesso comum” permite aceder aos serviços por reconhecimento facial e, com o progresso de a “Conta única” poder tratar da prova de vida, o número de utentes ultrapassou os 100 mil no início deste ano. O trânsito inteligente também obteve alguns resultados, tais como, os aplicativos “Posto de Informação de Tráfego” e “Localização dos autocarros”, que foram bem recebidos pelos cidadãos e, nos últimos anos, também foi introduzido o sistema de sensores de estacionamento, entre outros. O código de saúde e o Sistema de Marcação de Teste de Ácido Nucleico têm sido muito utilizados pelos cidadãos durante a epidemia. Com o incentivo do cartão de consumo, o desenvolvimento do pagamento electrónico registou um crescimento explosivo. De acordo com as estatísticas da AMCM, nos primeiros dez meses do corrente ano, o valor das transacções de pagamento móvel foi de 4,7 mil milhões de patacas, 3,8 vezes o valor do ano de 2019, e 52,5 vezes o de 2018.

Devido aos diversos serviços electrónicos, houve um aumento significativo da eficiência administrativa, facilitando assim a vida quotidiana dos cidadãos, mas há ainda muitos aspectos que merecem a nossa atenção e cuidado. Na sequência da avaria, no passado dia 6, do *hardware* da *firewall* da sala de informática dos SAFP, ontem o funcionamento da “Conta única de acesso comum” também se encontrava instável, e os serviços *online*, como a plataforma de dados abertos do Governo, também foram afectados em diferentes graus. Devido à manutenção do sistema de nuvem, a aplicação “Localização de autocarros” da DSAT também não estava disponível, e as funções de consulta das informações “ponto a ponto” e da situação do trânsito estiveram temporariamente indisponíveis, afectando assim a entrega de documentos internos do Governo. Recentemente, registaram-se, sucessivamente, avarias nos parquímetros nas vias públicas, afectando os condutores. Segundo a empresa de parques, há uma grande quantidade de dados nos bastidores, por isso não se exclui a possibilidade de haver invasão de *hackers*. Por outro lado, devido à instabilidade da rede, as tarifas dos táxis também estão erradas, o que traz inconveniências para o sector e para a população. No ano passado, houve graves falhas no Código de saúde, no Sistema de marcação prévia de teste de ácido nucleico e na Plataforma de pagamento electrónico, afectando a maioria dos cidadãos.

O Governo deve aprender com a experiência, para, ao empenhar-se em desenvolver uma cidade inteligente, reforçar a estabilidade e a segurança do sistema, inclusivamente a reparação e manutenção do *software* e do *hardware*; aumentar a cibersegurança; definir mecanismos de coordenação de contingência em face de incidentes diversos; e aperfeiçoar os planos suplentes de resposta,

para que, quando ocorrer um acidente, seja possível uma recuperação mais rápida, diminuindo o impacto para os residentes. Há também que reforçar a fiscalização e a segurança dos sistemas e redes destinados aos serviços públicos que são desenvolvidos pelas instituições privadas, assegurando a protecção da privacidade dos particulares e a segurança do pagamento electrónico. Há que elevar a cibersegurança para outro patamar, reforçando o combate à criminalidade via internet. Havendo cada vez mais serviços dirigidos ao público e ao Governo que dependem das transmissões via internet, o Governo deve acelerar o desenvolvimento da rede 5G, por forma a assegurar um desenvolvimento bem-sucedido dos serviços electrónicos, acelerando a construção duma cidade inteligente.



## **IAOD da Deputada Chan Hong em 21.01.2021**

### **Reforço dos serviços de apoio psicológico aos alunos**

A saúde física e mental dos alunos tem sido sempre uma preocupação de toda a sociedade, especialmente a saúde mental, portanto, as partes interessadas na educação devem prestar a devida atenção.

Segundo o Inquérito sobre o grau de felicidade e pressão dos nossos estudantes, realizado em 2019 por uma associação de juventude de Macau, cerca de 5 por cento dos alunos entrevistados apresentavam sintomas de depressão moderada, e cerca de 13 por cento apresentavam sintomas de ansiedade moderada. Segundo alguns docentes da linha da frente, nos últimos anos, com o aumento do número de famílias monoparentais e de famílias em que ambos os pais trabalham, os cuidados e a educação recebidos pelas crianças nas suas famílias têm vindo a diminuir e verifica-se que algumas crianças estão a agir de forma anormal na escola, havendo situações de perturbações psicológicas e automutilação.

Actualmente, nas escolas de Macau, a educação sobre a saúde psicológica e a vida é dada nas aulas de educação moral e cívica, cujo tempo lectivo é limitado. Quanto ao pessoal docente, a maioria não é especializada em psicologia. Os professores frequentam os cursos de formação sobre educação e aconselhamento psicológicos que as autoridades de educação organizam, mas a experiência e os efeitos do seu trabalho de aconselhamento são variáveis, sobretudo no caso dos docentes jovens, que ficam sem saber como lidar com os estudantes portadores de problemas ao nível psicológico e de saúde mental. Quanto aos estudantes com uma substancial anormalidade do estado psicológico ou conduta, em regra, são enviados para acompanhamento do próprio assistente social da escola. A DSEJ concede à escola subsídios para a contratação de um assistente social, prevendo um assistente social para escolas com mais de 500 pessoas e 1,5 para escolas com mais de 1000 pessoas. Para além do aconselhamento, o assistente social é ainda responsável pela realização de colóquios semanais, seminários para encarregados de educação, *workshops*, actividades de grupo, etc., portanto, é difícil ter mais tempo para o aconselhamento e a educação sobre a saúde psicológica junto dos estudantes. As escolas têm procuras prementes em relação aos profissionais especializados no aconselhamento de saúde psicológica.

Proponho às autoridades que:

1. reforcem a atenção sobre a saúde psicológica dos alunos de Macau, cooperem com as escolas para efectuar a respectiva investigação e estudo, e dominem as características psicológicas e o estado mental dos alunos dos diferentes níveis de ensino;

2. elaborem o plano de promoção da saúde psicológica dos alunos, reforcem a divulgação e a educação da saúde psicológica, e, através da organização de cursos, palestras, etc., melhorem o nível de educação e aconselhamento de saúde psicológica dos professores;

3. melhorem o mecanismo de cooperação entre a família e a escola, reforcem a atenção dos pais sobre a importância do desenvolvimento psicológico e da saúde psicológica das crianças, e incentivem os pais a acompanhar mais as crianças, a comunicar mais com elas e a criar um bom ambiente de educação familiar;

4. aumentem os recursos, enviem agentes de aconselhamento psicológico para as escolas e reforcem os serviços de consulta psicológica e de aconselhamento aos jovens alunos.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 21.01.2021**

### **Incentivar e apoiar os proprietários das habitações económicas a resolver, adequadamente, o problema da queda de azulejos**

Nestes últimos dias, verificou-se uma grave situação de “queda de azulejos” nos edifícios do Lago e Ip Heng. Segundo os proprietários, o problema da “queda de azulejos” nas habitações económicas já é antigo, é frequente e tem-se mantido ao longo dos anos, por isso, têm dúvidas sobre a qualidade das obras. A “queda de azulejos” afecta os moradores e constitui uma ameaça à segurança, portanto, é preciso encontrar uma solução. O Governo não pode invocar o termo do prazo de garantia para fugir à assunção das devidas responsabilidades, nomeadamente, porque o Governo era, de facto, o proprietário das fracções, portanto, deve apoiar os pequenos proprietários na resolução do problema.

É certo que o Governo tem a responsabilidade de remediar a situação, mas este caso não é um caso isolado. No túnel subaquático da Universidade de Macau, que custou 2 mil milhões de patacas e tem um prazo de utilização de 100 anos, nos últimos 2 a 3 anos, têm-se registado infiltrações de água e até rebentamento de canalizações. Segundo os serviços responsáveis pela construção, as infiltrações de água têm origem em “fissuras”, não têm nada a ver com a segurança da estrutura, mas a sociedade continua preocupada com os riscos. Para resolver o problema, o Governo decidiu recorrer a avultados montantes do erário público para avançar com obras de reparação e melhoria do sistema electromecânico do túnel. O prazo de execução é de cerca de 2 anos, durante o qual alguns espaços de circulação ficam fechados, afectando o acesso ao túnel.

Outro exemplo é o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que entrou em funcionamento em 2017, e que, para além de ter ultrapassado largamente o custo previsto, foi adiado várias vezes, onde logo após a sua entrada em funcionamento se registaram também infiltrações de água, etc. Quanto à Linha da Taipa do Metro Ligeiro, já houve derrapagem orçamental, portanto, um projecto clássico de ultrapassagem dos prazos, e quanto à construção do novo Estabelecimento Prisional de Coloane, do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, neste momento ainda não se sabe nada sobre datas de conclusão das obras, custos finais, e sobre se existem ou não problemas de qualidade.

As situações de derrapagem orçamental e incumprimento dos prazos nas obras públicas melhoraram nos últimos anos, mas há ainda muito a melhorar em termos de qualidade. De facto, são vários os aspectos que podem afectar os prazos de execução, os orçamentos e a qualidade das obras públicas, nomeadamente, se os empreiteiros executaram as obras atempadamente e cumpriram as exigências de garantia da qualidade; se os desenhos eram razoáveis e se foram necessárias alterações e reparações durante e após a conclusão das obras; e se as empresas de fiscalização desempenharam bem as suas funções. Segundo as

informações de alguns empreiteiros, as obras foram executadas em cumprimento dos desenhos e exigências, mas devido a erros e defeitos de concepção, foi necessário introduzir alterações constantemente e substituir materiais, e estes defeitos também levaram a atrasos, aumento das despesas, qualidade abaixo dos padrões, etc. A necessidade de obras adicionais para rectificação, por causa da má qualidade das obras originais e da inadequação dos desenhos e dos materiais, implica adicionar enormes quantias de dinheiro público e afecta a respectiva utilização por parte do público, por isso, são altos os custos sociais daí decorrentes.

Está em curso o desenvolvimento de muitas obras públicas grandes, nomeadamente, as habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros, a quarta passagem, o metro ligeiro, etc. Alguns desses projectos são tecnicamente complexos, por isso, o público está preocupado sobre como evitar a repetição dos erros e eliminar os vários defeitos, para evitar que se repitam os que ocorreram no passado em muitos projectos grandes. O Governo deve melhorar os mecanismos existentes, nomeadamente quanto à abertura de concursos, adjudicação, execução e fiscalização das obras públicas, bem como clarificar as responsabilidades e penalidades para os diversos intervenientes. Deve ainda criar mecanismos para a avaliação por parte dos utilizadores. No decorrer da avaliação das propostas, é necessário ter em conta a avaliação dos utilizadores em relação a projectos anteriores das empresas concorrentes, de modo a incentivar os empreiteiros e os responsáveis pela concepção, construção e fiscalização a elevarem continuamente o nível de especialidade e a qualidade.

## **IAOD do Deputado Leong Sun lok em 21.01.2021**

### **Fazer bem os trabalhos quer de prevenção da epidemia quer relacionados com a vida da população, sob a nova conjuntura**

No dia 22 de Janeiro do ano passado, registou-se o primeiro caso importado de COVID 19, precisamente há um ano. Por causa da epidemia, durante este período, os residentes viram a sua segurança e saúde ameaçadas, e a sua vida e trabalho limitados, e vários projectos económicos, sociais e de bem-estar da população sofreram impactos de diferentes graus. Felizmente, com os esforços do Governo e dos diversos sectores sociais, foram implementadas medidas eficazes de apoio económico e de prevenção da epidemia que evitaram a propagação do vírus nos bairros comunitários, garantindo a segurança e a saúde dos residentes, e conseguiram-se bons resultados, isto é, zero mortes, zero infectados quer na comunidade quer no hospital, e baixa taxa de casos graves. Tudo isto constitui uma base sólida para estabilizar a economia, garantir o emprego e manter a vida da população, ajudando os diversos sectores sociais a ultrapassar esta altura difícil. Manifesto, aqui, o meu sincero agradecimento ao pessoal da linha de frente e àqueles que trabalham nos bastidores pelos esforços e contributos no combate à epidemia.

Neste momento, os trabalhos de prevenção, em geral, estão bem-feitos, no entanto, não podemos relaxar, porque continuamos a enfrentar muitos desafios e pressão decorrentes de diversos factores, por exemplo, o número de infecções está a aumentar ao nível mundial; surgiram novas variantes do vírus; a situação da epidemia nalgumas cidades da China não está estável; 115 residentes vindos de 13 países ou regiões de alto risco, incluindo o Reino Unido e Portugal, vão regressar hoje a Macau, via Tóquio; segundo as previsões, o número de visitantes vai aumentar durante as férias do Ano Novo Chinês; e, como os residentes costumam fazer compras antes da chegada do Ano Novo Chinês, será grande o fluxo de pessoas e de mercadorias.

Segundo as afirmações da Comissão Nacional de Saúde (CNS) do Estado no início deste mês, a situação de epidemia é grave, portanto, apelou a todos para, durante o Ano Novo Chinês, passarem as férias nas suas cidades, e, em relação à prevenção e ao controlo da epidemia, propõe o reforço dos trabalhos nas cinco áreas seguintes: vigilância e divulgação de informações; prevenção entre pessoas e prevenção da importação de casos; prevenção e controlo nas instituições médicas; e melhoria do mecanismo de contingência e dos trabalhos de vacinação dos grupos prioritários. Sendo Macau uma cidade turística, o Governo deve tomar como referência estas cinco áreas para fazer face aos desafios dos feriados do Ano Novo Chinês e da nova conjuntura, nomeadamente: reforçar a prevenção; efectuar bem a vigilância e avançar, ordenadamente, com a vacinação; exortar os diversos sectores e empresas a cumprir as orientações de prevenção, para melhor proteger os trabalhadores da linha da frente, e apelar, ainda, à colaboração dos

residentes, para evitar a importação de casos e assegurar a recuperação da epidemia ao nível local.

A nova vacina, segura e eficaz, é uma das medidas fundamentais para aliviar as restrições impostas pela epidemia, e a sociedade deposita grandes esperanças nisso. No mês passado, o Governo afirmou que ia comprar três tipos de vacinas de origens diferentes, e que se essas vacinas chegassem ao mesmo tempo, os cidadãos podiam escolher a vacina preferida. Mas, os cidadãos não conhecem bem essas vacinas, portanto, é necessário que o Governo controle rigorosamente e escolha bem as vacinas que satisfaçam os requisitos de segurança, eficácia e qualidade. Quanto à sua implementação, deve-se melhorar as políticas respectivas e fornecer informações suficientes aos cidadãos para que estes se sintam tranquilos e, aliás, durante o processo de vacinação, garantir que as vacinas sejam utilizadas de forma segura e eficaz, e que a população possa utilizá-las sem se preocupar com problemas e consequências.

Quanto à economia, sociedade e meios de subsistência da população, refere-se no relatório das LAG para o corrente ano que vão ser lançadas, em tempo oportuno, medidas de apoio financeiro, de acordo com a situação real da economia. Desde a retoma, em 23 de Setembro do ano passado, dos vistos individuais do Interior da China, os visitantes têm aumentado todos os meses, verificando-se um aumento do fluxo de pessoas nos bairros comunitários, em Dezembro, as receitas do jogo aumentaram cerca de 16%, e o Governo prevê que as receitas brutas deste ano atinjam 130 mil milhões de patacas, o que é relativamente optimista. No entanto, como os visitantes vêm, principalmente, do Interior da China, e a Comissão Nacional de Saúde defende que passem o Ano Novo Chinês nos seus locais, provavelmente será menor o movimento de pessoas, portanto, serão menos os visitantes durante esse período; e se a isto se juntarem as mudanças do ambiente externo, a pressão sobre as receitas do jogo e a recuperação da economia será real, por isso, o Governo deve avaliar os impactos da nova situação para a economia e para a vida da população, e tendo em conta a situação dos sectores, deve lançar em tempo útil medidas de apoio, de modo a fortalecer o objectivo da acção governativa de “estabilizar a economia, assegurar o emprego e cuidar do bem-estar da população”.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 21.01.2021

### Resolver o desprendimento de azulejos nas habitações públicas

Têm surgido problemas de qualidade nas obras públicas, nomeadamente nas habitações do Governo construídas nos últimos dez anos, cuja qualidade tem sido alvo de críticas da população. Os sucessivos casos de desprendimento de azulejos das paredes das habitações públicas, incluindo dos Edifícios do Lago e Ip Heng, deixaram os moradores bastante preocupados.

Segundo moradores do Edifício Ip Heng, o desprendimento de azulejos é frequente nos corredores públicos, durante o Inverno; o empreiteiro só faz reparações superficiais nas partes com desprendimentos, sem ter em conta o *design* dos azulejos, o material utilizado, etc., e não resolve o problema pela raiz, o que resulta em incidentes sucessivos. O empreiteiro afirmou que o prazo de garantia já expirou, pelo que não vai prestar serviços gratuitos de reparação, devendo os proprietários assumir a responsabilidade de reparação das partes comuns. Segundo alguns proprietários, os azulejos são diferentes de lâmpadas, elevadores e electrodomésticos, entre outros bens consumíveis, que necessitam de ser conservados e substituídos com muita frequência, pois devem ser materiais de construção preparados para longa utilização. Desde a sua ocupação em 2014, registou-se regularmente, no Inverno, casos de desprendimento de azulejos, cuja soma dos mesmos já atingiu os milhares. Constata-se que não se trata de um incidente ocasional, mas, sim, de um problema de *design* ou mesmo de qualidade da obra. Segundo proprietários, o Governo e os empreiteiros, quando descobriram esse problema, não o resolveram de vez e até ao termo do prazo de garantia, e, a partir daí, os proprietários não têm outra alternativa senão “arcar com isto tudo”, o que é irrazoável.

Quando essas habitações foram construídas, o Governo e a sociedade queriam que ficassem concluídas quanto antes, para os residentes em lista de espera poderem, o mais depressa possível, ter uma casa. Mas, ao enfatizar a rapidez, o empreiteiro pode ter desleixado os procedimentos e a qualidade das obras, entre outras questões. Porém, o Governo tem o dever inalienável de fiscalizar as obras públicas. Se a qualidade de habitação não atingir os padrões, isso irá afectar gravemente a vida dos cidadãos e até constituir um risco para a segurança. Logo, como é que se pode assegurar o bem-estar da população?

O desprendimento de azulejos dos Edifícios do Lago e Ip Heng, as infiltrações na habitação pública de Seac Pai Van e a substituição dos portões corta-fogo do Edifício do Bairro da Ilha Verde, que não atingiram os padrões, demonstram que a qualidade dessas habitações não é um caso isolado, mas,

sim, generalizado. Assim, espero que o Governo proceda às devidas reparações: 1) Face aos actuais problemas, deve tomar a iniciativa de intervir para os resolver: antes de o desprendimento de azulejos causar ferimentos graves ou mortes, deve, quanto antes, definir um plano, em que as obras de reparação devem ser da responsabilidade das autoridades e do empreiteiro, com vista a resolver o referido problema. 2) Deve acompanhar as queixas dos residentes sobre os materiais utilizados e a qualidade das obras, e resolvê-las quanto antes. 3) Deve elaborar medidas abrangentes e eficazes para fiscalizar as obras de habitação pública, com vista a garantir a qualidade e permitir que os residentes possam “viver felizes e com segurança”.



## **IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 21.01.2021**

### **Boas entradas neste novo ano e impulso de um novo desenvolvimento**

Hoje é a primeira reunião plenária de 2021. Aproveito esta oportunidade para expressar aqui a minha opinião.

O ano incomum de 2020 teve um grande impacto na sociedade, economia e vida da população. Com a chegada de 2021, no momento de deixar o passado para trás e de dar as boas-vindas ao novo ano, quero deixar os meus votos para o ano novo: espero que, sob a liderança do Governo, toda a população continue a envidar esforços para consolidar os resultados da prevenção e controlo da epidemia, e que sejam criadas melhores condições básicas para restabelecer, quanto antes, a normalidade.

No último ano, tivemos algumas dificuldades, e também sol e energia positiva. É estimulante que o nosso país, com base na vitória contra o novo coronavírus, tenha recuperado rapidamente a produção, tornando-se a única economia do mundo com um crescimento económico positivo. No ano passado, realizou-se com sucesso a 5.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 19.<sup>o</sup> Comité Central do Partido Comunista da China, em que foram aprovadas as recomendações sobre a definição do 14.<sup>o</sup> Plano Quinquenal para o desenvolvimento socioeconómico do país e dos objectivos para 2035, visando criar uma nova estratégia de desenvolvimento dominada pela economia nacional, que permita a promoção mútua em duplo ciclo, nacional e internacional, e a China está a desempenhar um grande papel no palco internacional, tornando-se a locomotiva da recuperação económica mundial. Para Macau, esta é a maior oportunidade que temos.

Aquando dos 40 anos do estabelecimento da zona económica especial de Shenzhen, o Presidente Xi Jinping visitou esta cidade da primeira linha e fez um discurso, manifestando elevadas expectativas e apreciação em relação ao papel de Shenzhen, que é o campo experimental e a zona exemplar da integração da Grande Baía. O sucesso de Shenzhen é também o exemplo a seguir por nós. Enquanto membro da Grande Baía, Macau tem vantagens devido aos seus regimes, relações internacionais e relacionamento entre os chineses e as diásporas chinesas, portanto, devia contribuir mais no desenvolvimento da integração na Grande Baía e, ao mesmo tempo, criar mais oportunidades de cooperação para o seu crescimento e desenvolvimento sustentável.

Mal se entrou no ano novo, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, liderou os governantes, visitando as cidades integrantes da Grande Baía. Os sectores, e também o público, consideraram relevante esta visita, pois, em cada cidade, os governantes andaram sempre a discutir sobre cooperações. Por exemplo, numa sessão de intercâmbio em Shenzhen, que era o final da visita, o Chefe do Executivo manifestou aos governantes da província de Guangdong a pretensão

de as duas regiões aprofundarem a cooperação em promover a transformação dos resultados de inovação tecnológica, dando continuidade, com base na actual colaboração, a uma cooperação estável e progressiva em diversas vertentes – inovação tecnológica, educação, indústrias culturais e criativas, etc.

Sofremos ainda, durante o controlo epidémico, os efeitos estruturais de uma única indústria, e temo-nos esforçado por promover a diversificação adequada da economia. Sendo Macau uma das 4 cidades integradas no “corredor da ciência e tecnologia e da inovação” da Grande Baía, e detendo uma determinada base em termos de investigação e desenvolvimento das ciências e tecnologia, bem devia acelerar a sua integração com as mais avançadas cidades da Grande Baía, tais como Shenzhen, para dinamizar melhor o crescimento da diversificação adequada. Creio que a situação tende a melhorar, portanto, desde que se persista, sem relaxe, na normalização da prevenção e controlo, e se aguarde pelo seu abrandamento ao nível mundial, iremos recuperar e obter um desenvolvimento mais estável nunca dantes alcançado.

Caros colegas, nesta legislatura, temos aprovado bastantes propostas de lei, contribuindo com o nosso esforço para o progresso da sociedade. Aproveito para desejar a todos as maiores felicidades no trabalho para o próximo ano, muita saúde e muitas felicidades profissionais.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 21.01.2021**

### **Impulsioneamento activo do desenvolvimento do sector do ensino superior**

Há dias, o Governo apresentou, oficialmente, as Linhas Gerais do Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau (2021-2030) (adiante designadas por Linhas Gerais do Desenvolvimento), nas quais se definem os objectivos e as orientações do desenvolvimento do ensino superior de Macau na próxima década, bem como as medidas a médio e longo prazo. Estas Linhas Gerais têm por objectivo geral aprofundar a reforma em oito rumos de desenvolvimento e criar três plataformas para promover a integração e o desenvolvimento de Macau na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Assim, ficaram mais claros o rumo e os objectivos para o desenvolvimento do ensino superior de Macau.

O ensino superior é uma parte importante do plano geral do desenvolvimento de Macau. Após o retorno de Macau à mãe-pátria, o Governo investiu muitos recursos para apoiar o desenvolvimento do ensino superior em Macau. Graças a reforço do investimento ao longo dos anos, o ensino superior de Macau assegurou um progresso e um desenvolvimento sem precedentes. Ao mesmo tempo, devido à integração proactiva de Macau no desenvolvimento educacional do País e ao aproveitamento das vantagens da plataforma nacional de desenvolvimento educacional, Macau alcançou bons resultados, tais como, a edificação do Campus da Universidade de Macau em Hengqin, dos quatro laboratórios essenciais do Estado e das diversas bases de parceiros principais da tutela do Ministério da Educação, nas áreas das humanidades e ciências sociais. Com o progresso alcançado na construção da Grande Baía, as instituições de ensino superior em Macau devem maximizar o aproveitamento das características e vantagens da "Plataforma sino-lusófona" e colaborar com as instituições de ensino superior das diversas cidades principais da Grande Baía, de modo a promover continuamente o desenvolvimento do ensino superior de Macau.

Para se destacar numa nova ronda de desenvolvimento, Macau deve participar activamente na construção da Grande Baía, formar e captar quadros qualificados, para o seu desenvolvimento, e promover o desenvolvimento do ensino superior, apoiando as respectivas instituições locais a atingir qualidade de nível internacional, para se transformar numa região exportadora da indústria do ensino superior, dando maior apoio à promoção do desenvolvimento diversificado das indústrias.

Assim, proponho o seguinte:

A indústria do ensino superior é fundamental para o desenvolvimento regional, sendo relevante para garantir o desenvolvimento estável e saudável de Macau e promover o desenvolvimento diversificado da economia e das indústrias. A

promoção da industrialização do ensino superior pode elevar eficazmente a competitividade da indústria do ensino de Macau. Hengqin é um centro modal importante para a integração de Macau no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e no desenvolvimento nacional. Considero que as instituições de ensino superior de Hengqin e de Macau devem aprofundar a cooperação na articulação dos recursos e capitais, adoptando uma visão mais abrangente, através da complementaridade das vantagens; Hengqin pode servir como uma extensão do desenvolvimento do ensino superior das duas regiões, aproveitando-se esta região, através da comunicação e negociação, para integrar as instituições de ensino superior de nível mais elevado e mais competitivas, criando-se uma marca regional de ensino superior, servindo isto de orientação para Macau continuar a desenvolver e elevar o nível do ensino superior.

2021-01-21 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

**"As "listas negras" dos trabalhadores despedidos das Concessionárias do Jogo e a "bronca" nas recentes alterações à Lei de Contratação de Trabalhadores Não Residentes"**

Há mais de uma década e na sequência do recebimento sistemático de queixas no nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos, que temos vindo, a denunciar, neste hemiciclo e na sociedade, as grandes pressões, que os trabalhadores do sector do Jogo estão sujeitos para demitirem-se dos seus cargos por questões de "lana caprina", sob pena de serem despedidos e virem-se incluídos nas "listas negras" das Concessionárias do Jogo, impossibilitando-os, definitivamente, de serem contratados por qualquer outra empresa ligada aos casinos.

Compreende-se, que na ausência de regulamentação sindical e negociação colectiva, estas poderosas empresas actuem "impunemente" prejudicando gravemente os direitos e interesses dos trabalhadores.

Mas não se percebe, porque razão, as autoridades competentes da área da Secretaria para Economia e Finanças "fechem os olhos" estes sistemáticos e continuados abusos, como se nada tivessem a ver com as suas competências, obrigações e responsabilidades profissionais.

Estes abusos praticados por algumas das concessionárias do Jogo foram sobejamente denunciados neste hemiciclo e nos meios de comunicação social, mas as autoridades competentes por "teimosia" não intervém e nem sequer têm interesse de saber.

Isto só se compreende por estarmos perante um permanente "conluio" entre estas empresas e os mais importantes responsáveis da área do Jogo.

Chegou a altura, do Chefe do Executivo intervir face às recentes "mexidas" na cúpula da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (Novas nomeações dos Cargos Director e Subdirector).

Muitos dos despedidos, são trabalhadores não residentes dos países asiáticos que "deambulam" pelas ruas da cidade, uns pedindo dinheiro para comprar comida e outros pedindo apoios às associações locais.

Incrivelmente, Governo tem conhecimento destas situações, mas não actua atempadamente para diminuir os sofrimentos dos trabalhadores despedidos. Recordamos, que foi o Governo, o Autor das recentes alterações ao Projecto de Lei de Contratação de Trabalhadores Não Residentes, designadamente, as famosas alterações à citada legislação que criou esta "confusão social", não obstante, ter sido, por nós, muitas vezes alertado nas várias reuniões da Comissão especializada na análise do diploma, de que resultaria nestas desastrosas consequências.

O Governo não quis saber, avançou com as alterações à legislação e o resultados estão à vista de todos, ou seja, no final das contas quem "paga a factura" são os prejudicados (trabalhadores não residentes impossibilitados de arranjar emprego e os empregadores que não podem empregar estes trabalhadores).

E o curioso, é que ninguém do Governo assumiu até hoje esta responsabilidade, nem sequer quer saber, até hoje, como será resolvida esta grande "bronca" da sua exclusiva autoria.

Enfim, como sempre fomos acostumados a estas situações, recordarmos a famosa frase do patuá macaense "Macau sã assim".

Muito Obrigado!

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 21.01.2021

### **A ilha de Hengqin como porta de acesso para atrair jovens para o sector de engenharia e construção civil**

O sector da construção civil é uma parte importante da indústria de Macau. O futuro desenvolvimento de Macau depende do desenvolvimento conjunto com Hengqin e necessita da sucessão pelos jovens. O Governo da RAEM tem dado muita importância à formação de talentos e, como ajudar os jovens técnicos a entrar na Ilha de Hengqin e na Grande Baía, é um tema importante que merece ser estudado.

No Interior da China, a certificação profissional do pessoal técnico do sector de engenharia é bastante sistemática, e cada especialidade dispõe de um conjunto de cursos de formação e de certificação. Se os jovens técnicos de Macau quiserem trabalhar na Grande Baía, devem ser submetidos a formação e a certificação do Interior da China. Ao mesmo tempo, Macau também tem o seu próprio sistema de certificação, por isso, a integração da Grande Baía deve começar pela regulamentação de algumas áreas profissionais. Assim, sugere-se o reforço da integração na região da Grande Baía através da co-certificação e do reconhecimento mútuo dos cartões profissionais, para ajudar os jovens técnicos de construção civil a entrarem na Grande Baía.

Assim, apresento as duas sugestões seguintes:

1. É por iniciativa do Governo que as instituições de ensino organizam cursos práticos de técnicas de engenharia, segundo as necessidades do futuro desenvolvimento, para a geração mais nova poder ter uma via para aprender técnicas. Deve-se, a exemplo de Hong Kong e Taiwan, definir um regime de qualificação e de exercício de actividade apenas por pessoal qualificado, para demonstrar a sua importância na sociedade e o respeito por este, bem como políticas para orientar as empresas a contratá-lo.

2. Proponho que Zhuhai ou Hengqin sirvam como porta para atrair a frequência de cursos de formação, organizados pelos governos das duas regiões ou com as associações profissionais de engenharia na Grande Baía, e sejam reforçados o intercâmbio e o conhecimento mútuo das diferenças entre os seus regimes; que sejam atraídos jovens, através de políticas de atribuição de benefícios, para estudarem e trabalharem por sua iniciativa na Grande Baía; sejam concedidos apoios a empresas locais de engenharia e a associações de engenharia para formarem o pessoal técnico profissional de que Macau carece, criando-lhes assim oportunidades para participar ou estagiar em megaprojectos; e sejam organizados em conjunto cursos técnicos de execução para melhorar o ambiente de segurança das obras e elevar a imagem do sector, para permitir que mais jovens venham a singrar nesta profissão e que os pais vejam com bons olhos o futuro desenvolvimento promissor desta carreira.



## **Intervenção do Deputado Mak Soi Kun em 21.01.2021**

**Em tempos pacíficos todos devem preparar-se para a adversidade e evitar, em conjunto, o risco de transmissão do vírus devido à alteração arbitrária dos esgotos!**

Segundo a imprensa da região vizinha: “registaram-se vários casos de infecção pelo novo coronavírus num mesmo edifício, suspeitando-se de que o vírus tenha sido transmitido verticalmente através das canalizações do edifício”. Face ao recente surto epidémico, “houve mais um caso de evacuação de emergência devido às fissuras nas condutas dum edifício (...) os autoclismos e as correspondentes válvulas anti-sifão nas duas fracções do prédio foram, respectivamente, alterados e cortadas... há quem entenda que o vírus pode ser transmitido de cima para baixo através das condutas e, mesmo que estas estejam encobertas pela parede, certo é que podem não estar completamente seladas, portanto, o vírus pode propagar-se por aerossol e pelas fissuras nas paredes”.

Na opinião de alguns cidadãos, a transmissão do vírus através das condutas dos edifícios, como foi referido, faz lembrar o caso da pneumonia atípica (SARS) em Hong Kong, em que mais de 300 pessoas foram contagiadas. Na altura, os especialistas concluíram que o vírus se propagava através dos esgotos e que uma nova pneumonia de epidemia poderia repetir-se, portanto, a alteração arbitrária das condutas por parte dos proprietários, sem autorização, merece a nossa atenção.

Em Macau, o novo coronavírus nunca foi transmitido pelos tubos e canos dos edifícios e, até ao passado dia 18 de Janeiro, durante 295 dias, não se registou nenhum caso de infecção local e também, durante 206 dias, nenhum caso importado. Na verdade, o trabalho do Governo no combate à epidemia, durante este ano, deve ser elogiado! Mas há que ter sentido de risco, porque, segundo especialistas, académicos e operadores do sector da construção civil, o referido caos nas canalizações de esgotos também existe em Macau, porque, durante a manutenção e reparação dos edifícios, verificou-se que, por várias razões, os tubos e as condutas de algumas fracções divergiam do projecto inicial ou não correspondiam aos critérios de segurança, havendo até indícios de alteração. Por exemplo, verificaram-se casos de alteração do esgoto de drenagem das varandas para escoamento da água da máquina de lavar, ou de ligação da canalização de água potável com o esgoto da casa de banho e, ainda, situações caóticas de muitos isoladores em forma de U de canalização da água não corresponderem aos padrões exigidos.

Assim, alguns especialistas, académicos e cidadãos pediram-me para perguntar se o Governo tem sentido de risco e se deve adoptar, quanto antes, medidas para fiscalizar e resolver a situação caótica em diferentes edifícios, por alteração do sistema de canalização e de esgotos, para a erradicação completa da ameaça e do risco de transmissão do vírus através das canalizações dos edifícios.

## **IAOD da Deputada Lam lok Fong em 21.01.2021**

### **Necessidade de reforço do apoio domiciliário devido à escassez de empregados domésticos**

Devido à nova lei da contratação de trabalhadores não residentes (TNR) e à aplicação de medidas na prevenção da epidemia contra a entrada de estrangeiros em Macau, verificou-se, nos últimos meses, a “escassez de empregados domésticos”. As autoridades liberalizaram as quotas para a importação de empregados domésticos do Interior da China, entre Janeiro e Novembro de 2020, mas só houve um aumento de cerca de 50 pessoas e, no mesmo período, verificou-se uma redução substancial de 1240 empregados domésticos estrangeiros, o que significa que a oferta actual não é capaz de preencher o grande vazio existente na procura. Mais, o salário de um empregado doméstico do Interior da China é, pelo menos, o dobro do de um do estrangeiro, a que acresce o alojamento e a alimentação, portanto, uma situação que as famílias em geral não conseguem suportar. Mesmo que consigam suportar esses encargos, são poucos os empregados domésticos que procuram emprego junto das agências de emprego, e os seus salários e a oferta dificilmente conseguem satisfazer as necessidades das famílias locais. Face à actual situação de “não conseguir contratar empregados domésticos estrangeiros” e de “não ser capaz de contratar empregados domésticos do Interior da China”, é grande a pressão para as famílias em que ambos os cônjuges trabalham, o que, a longo prazo, pode afectar as famílias, a economia e a sociedade de Macau. Assim, o Governo deve dar importância à prestação de cuidados pela família e estudar a implementação de mais medidas de apoio.

A nova lei de contratação de TNR, que entrou em vigor em Outubro do ano passado, estipula que a sua contratação depende da obtenção prévia de um título de trabalho e da sua entrada de fora da RAEM. O Governo salientou, durante o debate na Assembleia Legislativa, que a revisão da lei tinha por objectivo acabar com as irregularidades na contratação de TNR na qualidade de turistas. Mas ainda não se viu o fim do caminho contra a epidemia, considerado o “último quilómetro”, e ninguém pode prever que o novo tipo de coronavírus não venha a ter um impacto global de mais de um ano. Neste momento, os TNR desempregados têm de permanecer em Macau, mas os novos não podem entrar em Macau. A referida lei foi revista com boa intenção, só que impede hoje o recrutamento legal dos empregados domésticos que permanecem em Macau e leva as famílias e esses trabalhadores a enfrentarem dificuldades.

Para fazer face às mudanças conjunturais e aliviar a escassez de empregados domésticos, as autoridades devem explorar meios legais ou medidas especiais que permitam às famílias locais contratar empregados domésticos não residentes desempregados e retidos em Macau há longo tempo. Como têm permanecido em Macau, não haverá problemas com a prevenção da epidemia e acredita-se que a dificuldade de contratação pode ser parcialmente resolvida. Ao mesmo tempo,

para evitar mudanças desnecessárias de empregados domésticos não residentes no activo, devem ser aditadas cláusulas especiais, por exemplo, o tipo de emprego não pode ser alterado; se o contrato não estiver expirado, o trabalhador só pode ser novamente contratado com o consentimento do anterior empregador; essa contratação só é permitida uma vez e a título excepcional, etc. O Instituto de Acção Social e as instituições de serviço social da sua tutela podem ainda avançar com os respectivos cursos de formação, para incentivar esses empregados retidos a trabalharem de forma activa.

Quanto aos empregados domésticos do Interior da China, sugere-se ao Governo da RAEM que lute, junto do Governo Central, por mais províncias e regiões de importação de empregados domésticos, e que adopte diversas medidas para reduzir os custos com a contratação desses trabalhadores.

Para além da política de empregados domésticos, o Governo deve também ponderar a integração dos serviços de apoio domiciliário nos bairros comunitários, pois os serviços de amas e de apoio domiciliário são viáveis em muitos locais. O projecto de amas comunitárias foi implementado em Macau, mas infelizmente não foi bem-sucedido. Mas existem políticas semelhantes em Hong Kong e Taiwan, há anos, e estão basicamente integradas com serviços sociais e formação profissional, dispondo de certificação de técnicas profissionais, seguros, plataformas de correspondência de emprego, etc.

Assim, sugere-se que o Governo defina um planeamento de curto, médio e longo prazo sobre o desenvolvimento de amas comunitárias e assistentes domésticos comunitários: de curto prazo, o Governo e as organizações de serviços sociais coordenam os indivíduos com experiência para as funções de amas e assistentes domésticos a tempo parcial, para aliviar, ao nível comunitário, a pressão doméstica das famílias que necessitem dos cuidados, enquanto as associações e centros comunitários devem proporcionar às amas estabelecimentos que assumam as funções de guarda e cuidados; de médio e longo prazo, devido à incerteza da conjuntura económica resultante da persistência da situação de epidemia, e tendo em conta o agravamento do envelhecimento social e a crescente tendência para a diminuição da natalidade, são cada vez mais escassos os recursos para a prestação dos respectivos cuidados, portanto, duvida-se, de facto, que o modelo de amas empregadas domésticas assumirem a prestação de cuidados consiga satisfazer as futuras necessidades. O Governo deve, por isso, qualificar o criar e cuidar de crianças e o fazer trabalho doméstico como técnicas importantes, incluindo-as no âmbito da formação profissional e reforçando a regulamentação de formação e certificação. Há ainda que estudar os respectivos seguros. A DSAL pode criar lugares de formação remunerada e lançar, tendo em conta a necessidade real, vales de consumo para assistência no trabalho doméstico, para que o preço deste tipo de serviços seja acessível para as famílias comuns, daí o desenvolvimento sustentável das amas e assistentes domésticos comunitários.

Mais, como há muitas famílias em que o casal trabalha por turnos, sugere-se que sejam prestados aos encarregados de educação mais apoios humanizados e flexíveis. Por exemplo, o Governo e as organizações comunitárias de serviços sociais sob a tutela deste podem tentar disponibilizar mais serviços de guarda, transporte e custódia para os períodos em que os pais, ambos a trabalhar por turnos, não estejam disponíveis, por exemplo, um serviço de custódia de crianças à hora de almoço e ao fim da tarde quando os estudantes saem da escola. Mais, o Governo pode também lançar mais medidas amigáveis para as famílias, por exemplo, aumento das faltas para cuidar da família e horário de trabalho flexível, com vista a incentivar os pais a passar mais tempo com os filhos.

Assim, espera-se que o Governo continue a estudar mais soluções para apoiar e aliviar, através de diversos meios, a pressão das famílias com os dois elementos do casal a trabalhar, desenvolvendo um modelo sustentável para a prestação de cuidados às famílias locais.

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 21.01.2021**

### **Respeitar a história e desenvolver de forma adequada a Antiga Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó**

O Governo da RAEM, em colaboração com a Associação de Reabilitação de Toxicodependentes de Macau, lançou recentemente um plano para a abertura de um café e de uma galeria de arte chinesa em duas casas de estilo português, situadas na Antiga Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó, para proporcionar oportunidades de ocupação aos indivíduos em desintoxicação. Mas, de acordo com alguns residentes que acompanham a história, este local foi fundado pelo Padre Gaetano Nicosia, missionário dos Salesianos, onde prestou serviços aos leprosos durante metade da sua vida. Este local tem um significado histórico muito importante e não deve ser ignorado. Durante o debate das LAG, os Assuntos Sociais e Cultura revelaram a existência de um outro espaço para expor as vivências do Padre Gaetano Nicosia.

Neste contexto, exorto o Governo da RAEM a tomar a iniciativa de comunicar com a ordem religiosa a que pertencia o Padre Gaetano Nicosia, ou com organizações relacionadas, para que numa das restantes casas de estilo antigo possa ser criado um museu, de forma colaborativa, e as suas características religiosas possam ser preservadas.

A fim de respeitar o forte desejo do fundador, Padre Gaetano Nicosia, durante a sua vida, o Governo deve designar oficialmente o lugar como “Vila de Nossa Senhora de Ká-Hó”, em vez de “Vila da Leprosaria de Ká-Hó”.

## IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 21.01.2021

### **Recusar mais arrependimentos e promover a conservação em prol do desenvolvimento sustentado!**

No mês passado, o público opôs-se, totalmente, aos dois projectos das plantas de condições urbanísticas de terrenos na zona C do Lago Nam Van. Isto porque, se forem permitidos mais relaxamentos do limite de altura dos edifícios na zona junto ao sopé da Colina da Penha, destruir-se-ão para sempre as características únicas da paisagem histórica e cultural e a distribuição urbana de Macau, assentes na paisagem "montanha, mar e cidade".

Actualmente, são três as exigências da população. Primeiro, tornar públicos os estudos e dados de avaliação do impacto paisagístico, para que os profissionais e o público possam fazer juízos científicos sobre a situação dos danos à paisagem; segundo, respeitar as opiniões da população sobre o projecto do Plano Director da RAEM e avançar com a definição de procedimentos, para proceder ao replaneamento geral das zonas C e D do Lago Nam Van após a aprovação do Plano Director pelo Chefe do Executivo; e terceiro, respeitar as opiniões da população sobre o Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau, cuja consulta pública teve lugar em 2018, honrar o compromisso de recorrer aos mecanismos legais para salvaguarda da intervisibilidade entre a Colina da Penha e a Ponte Nobre de Carvalho.

Porém, até agora, o Governo não fez nada para conseguir consensos e resolver conflitos, continuando a ignorar a opinião pública, as preocupações internacionais e os compromissos assumidos, e nem sequer se atreve a tornar público um relatório de avaliação decente sobre o impacto paisagístico.

Já não tem conta o número de disputas sobre a conservação desde o estabelecimento da RAEM! Devido à prevaricação dos sucessivos governos, Macau ainda não tem um plano legal para a conservação e gestão do Centro Histórico, 16 anos após a sua integração na Lista do Património Mundial. Já se passaram sete anos desde a entrada em vigor da Lei do planeamento urbanístico, mas continua a faltar o Plano Director, e também os respectivos mecanismos legais de protecção, o que leva a que os projectos de desenvolvimento fragmentados, localizados em redor da zona de protecção do património mundial, ponham em causa, repetidamente, a coerência e a integridade da paisagem do Centro Histórico.

Com o imediatismo e a exploração sem planeamento ao longo dos anos, temos um novo *skyline* caótico e incoerente, e o tecido urbano original, coerente, harmonioso e bonito foi dilacerado, com o desaparecimento total da ligação visual entre os antigos pontos mais altos. Na era da corrupção frenética, o Governo deixou construir vários edifícios que impedem a iluminação e ventilação natural, e prejudicam o património cultural e o ambiente ecológico.

O projecto imobiliário privado, na Rua do Almirante Sérgio, ultrapassou 7 vezes o limite de altura de 20,5 metros, atingindo 150 metros. Em resultado disso, a vista por detrás da Capela de Nossa Senhora da Penha foi destruída. Outro projecto privado, na Rua da Ribeira do Patane, também conseguiu esticar o limite de altura, de 30 metros para 143 metros, isto é, 4 vezes, e furou a vista por detrás das Ruínas de São Paulo. Mas estes exemplos são apenas a ponta do icebergue.

Daqueles que autorizaram estes projectos, alguns estão presos, outros fugiram, mas os danos à cidade, causados pela corrupção e abuso de poder, permanecem irreversíveis, com repercussões para as futuras gerações. Perante estes danos consumados, será que já podemos desistir de defender a Macau que tanto amamos? Concordo bastante com o recente incentivo da associação *Root Planning*, “alguns erros lamentáveis já não são recuperáveis, mas isto não significa que se permita a sua repetição”. Pelo contrário, justamente por causa destes erros lamentáveis é que temos de nos fazer ouvir, para, no futuro, não ficarmos arrependidos.

Ao longo dos anos, o apoio à preservação e a apreciação de Macau têm sido puxados para o extremo do “contra todos os desenvolvimentos”, o que é um erro enorme! É precisamente o contrário do programa apresentado pela equipa da nossa Associação na eleição para a Assembleia Legislativa há quatro anos, que é exactamente “promover o desenvolvimento sustentável de Macau”. Concordamos com o desenvolvimento, não lhe resistimos, mas este tem de ser sustentável e a longo prazo! Algumas pessoas que colocam, propositadamente, o desenvolvimento e a preservação em posições opostas, como “duas alternativas”, tencionam apenas continuar a proteger o desenvolvimento viciado dum pequeno grupo de pessoas que pretende obter interesses.

Creemos que a protecção, a transmissão e a divulgação da cultura local são o melhor desenvolvimento sustentável! A preservação cultural pode cultivar sentimentos de pertença, amabilidade e solidariedade mais fortes entre a população de Macau, permite lembrar as futuras gerações da evolução desta cidade que interliga o Oriente e o Ocidente, deixar no mundo uma visão sobre Macau, que esta não é só luzes de casinos, e é o mesmo que plantar árvores para dar sombra às futuras gerações.

Uma árvore leva mais de dez anos, até mais de cem anos a crescer, mas basta um instante para a cortar. Os antepassados empenharam-se muito para nos dar sombra, por isso, temos mesmo de considerar bem se as futuras gerações ainda podem ter essa sombra, para que não se lamentem nem se arrependam.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 21.01.2021

Nos últimos anos, o Estado tem apoiado bastante o Governo da RAEM na promoção da diversificação adequada da economia, e definiu a medicina tradicional chinesa como uma das 4 áreas prioritárias de desenvolvimento. Com as políticas do Governo Central, o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau, em Hengqin, conseguiu um rápido desenvolvimento ao nível da indústria, mas a formação de quadros qualificados nesta área continua a encarar dificuldades. Em Macau, não há dúvidas de que há falta de profissionais de qualidade na área da medicina tradicional chinesa e margem para melhoria da qualidade dos respectivos serviços. Segundo a Associação dos Médicos de Medicina Tradicional Chinesa, não é satisfatório o número de pessoas que ingressaram no sector, e anualmente só 30% dos finalistas optam por trabalhar no sector; as condições para o exercício da profissão não são boas; as pessoas que começaram há pouco a trabalhar nesta área enfrentam muitas dificuldades e pressão, portanto, muitas delas mudam de profissão, portanto, a taxa de retenção de talentos não é elevada. O Governo deve estudar como é que vai promover a formação e desenvolvimento de quadros qualificados nesta área, para dar apoio adequado àqueles que começaram a trabalhar nesta área há pouco tempo.

Tanto os médicos de medicina tradicional chinesa como os médicos ocidentais necessitam de experiência clínica para elevar o seu profissionalismo. Em Macau, são poucas as instituições e as oportunidades de estágio e de formação, por isso, muitos graduados de medicina tradicional chinesa necessitam de frequentar cursos de aperfeiçoamento e praticar no Interior da China. São cada vez mais os residentes que recorrem à medicina tradicional chinesa, especialmente, muitos idosos, que estão habituados a este ramo da medicina tradicional para o tratamento de doenças e manutenção da saúde, por isso, criou-se um departamento de medicina tradicional chinesa num hospital de Macau. A procura desta medicina é cada vez maior, portanto, o Governo pode pensar em criar um hospital de medicina tradicional chinesa, desde que as condições o permitam, para satisfazer as necessidades dos residentes, disponibilizar uma base de estágio para os talentos desta área poderem elevar as suas capacidades e para elevar também o nível dos respectivos serviços, e para, em articulação com o plano de formação de talentos para as diversas áreas da medicina tradicional chinesa e com as necessidades de desenvolvimento industrial, apoiar o desenvolvimento da medicina tradicional chinesa local.

Além disso, vamos continuar a aprofundar a cooperação na área da medicina tradicional chinesa na “Grande Baía Saudável”, mobilizando recursos através do quadro da cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau, aperfeiçoando gradualmente a cadeia da indústria da saúde, e aproveitando plenamente as vantagens únicas do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na cooperação conjunta Zhuhai e Macau, para promover o desenvolvimento coordenado entre a indústria da medicina tradicional chinesa e



as indústrias do turismo e culturais e criativas, para proporcionar aos graduados da medicina tradicional chinesa (MTC) e profissionais da área mais oportunidades e espaço de desenvolvimento ao nível do emprego e do empreendedorismo. Em articulação com o desenvolvimento geral do País, através do referido Parque pode construir-se uma cadeia aperfeiçoada de medicina tradicional chinesa e cuidados de saúde profilácticos, e ainda uma plataforma para o desenvolvimento da indústria da ciência e tecnologia ligada à medicina tradicional chinesa, injectando novos elementos no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

## IAOD do Deputado Au Kam San em 21.01.2021

### **Resolver as infiltrações de água, reforçar as medidas administrativas ou empurrar o problema para os tribunais?**

As infiltrações nos edifícios têm incomodado muito os residentes e, apesar da criação, há anos, do Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios, o problema continua. Ao longo dos anos, os Deputados apresentaram inúmeras interpelações sobre o assunto, mas a resposta foi sempre a mesma: é impossível entrar nos apartamentos e examinar a origem das infiltrações. Nunca foi apresentada uma solução eficaz. Alguns colegas Deputados afirmaram com toda a certeza que a solução passava pelo simples aperfeiçoamento dos instrumentos de examinação e o reforço da formação dos profissionais. Porém, quando passa pelas mãos dos dirigentes, o assunto já é supercomplicado, e nem um passo foi dado.

Nas Linhas de Acção Governativa do ano passado, ao fazer o balanço da execução, refere-se a criação de um mecanismo jurídico que seja viável para resolver as infiltrações de água. De acordo com o próprio Secretário para a Administração e Justiça, numa sessão de interpelação oral, o Governo vai introduzir mecanismos, para que as vítimas possam exigir, através de acção judicial, a colaboração dos apartamentos onde a infiltração tem origem. É uma ideia nova, o que significa que alguém pensou para tentar resolver o problema, só que a introdução da via judicial consegue resolver efectivamente o problema?

Perante um problema, o Governo pode optar pelo reforço das medidas administrativas, ou pela via judicial. Importa saber qual é a solução mais adequada e eficaz. Para as infiltrações de água, o Governo optou pela via judicial. O Presidente do Tribunal de Última Instância queixou-se, em várias cerimónias de abertura do ano judicial, de que alguns problemas deviam ser resolvidos ao nível administrativo, mas acabavam por ser empurrados para os tribunais, aumentando o trabalho destes e os custos sociais. Entretanto, para as infiltrações de água, a ideia do Governo é mesmo empurrar o problema para os tribunais.

Esta solução também tem alguns pontos cegos. A vítima que recorre a uma acção judicial para a colaboração do proprietário da fracção suspeita da origem das infiltrações tem de enfrentar uma questão: onde é a origem? Se se não realizar a detecção, até os técnicos do Governo com instrumentos de detecção não conseguem identificar onde é a origem. Então, como é que a vítima consegue fazer isto? Se não for identificada correctamente a origem, como é que a vítima instaura uma acção judicial contra um determinado destinatário?

Mais, não sabemos qual a ideia das autoridades: pretendem criar um regime que permita o processo sumário? Ou seja, a vítima pode instaurar a acção judicial sem contratar advogado? E até é de graça? Caso contrário, contratar um advogado para a acção judicial já é um requisito de nível muito elevado.

Actualmente, costumamos recorrer ao processo de pequenas causas cíveis para recuperar as perdas resultantes das infiltrações, o que tem uma vantagem, que é não precisar de contratar advogado, e a vítima recorre facilmente. Mas, segundo a ideia nova, é necessário instaurar uma acção só para abrir a porta da fracção suspeita da origem das infiltrações de água e fazer a detecção, e, ainda, é preciso contratar advogado, o que dificulta o procedimento. Esta solução inventada com a porta fechada é realmente viável?

Mais, é necessário recorrer à via judicial para abrir a porta e detectar a origem das infiltrações de água, e, no futuro, também é necessário recorrer, mais uma vez, à via judicial para recuperar as indemnizações. Com este treino, as pessoas de Macau já podem ser especialistas em acções.

A meu ver, as autoridades têm a responsabilidade de tentar resolver, activamente, os problemas que têm perturbado o público, em vez de simplesmente recorrer aos processos judiciais. De facto, tem sido sempre uma questão chave: não se pode ter acesso, por falta da cooperação, às habitações, para inspecção. Não apoio certamente as autoridades que forcem o acesso às habitações, nem é necessário adoptar meios tão radicais e extremos. É, de facto, uma opção razoável intervir por meios administrativos adequados. Por exemplo, se a água pingar de um aparelho de ar condicionado e cair na rua, as autoridades podem ordenar que seja reparado, ou mesmo aplicar sanções. Quanto às edificações ilegais em casas, as autoridades podem também ordenar a sua demolição e até aplicar sanções. Isto demonstra que, mesmo em habitações privadas, as autoridades podem intervir, administrativamente, para lidar com qualquer situação que seja susceptível de causar danos a terceiros. No caso das infiltrações de água, quando houver uma reclamação porque a casa de um agregado familiar é a fonte de infiltrações, é melhor cooperar com a inspecção. Se não, as autoridades podem também ordenar que cooperem com a inspecção por razões, tais como, suspeitas de infiltrações que danifiquem a propriedade de outras pessoas ou afectem a higiene ambiental, ou mesmo que ponham em perigo a segurança estrutural do edifício. Se não houver cooperação, serão aplicadas sanções administrativas, e mesmo outras sanções. Deveria ser viável aumentar o poder administrativo para lidar com os problemas de infiltrações através de legislação. Seria mais razoável e eficiente resolver o problema desta forma, do que recorrer, plenamente, aos tribunais.

Há um critério para o Governo fazer a escolha certa, isto é, se a escolha pode responder melhor às expectativas e necessidades do público, a par de resolver, efectivamente, os problemas. Se a escolha for com base neste critério, deixou-se já claro qual é a melhor. Não é?

## IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 21.01.2021

### Sugestões para estabilizar o emprego e apoiar as empresas

A pandemia continua a devastar o mundo, pois as actividades económicas da esmagadora maioria dos países e regiões ainda não conseguiram voltar à normalidade. Sob a provação da epidemia, o nosso País conseguiu controlar eficazmente a epidemia graças às vantagens dos seus regimes e às rigorosas medidas de prevenção e combate à epidemia, aliás, as actividades económicas recuperaram, tendo-se registado um aumento anual positivo no ano passado (2020). Embora a taxa de crescimento seja a mais baixa de sempre, isto é, 2,3%, prevê-se que, sob o contexto da pandemia, o nosso país seja, de entre as principais economias, o único com um aumento económico positivo, que até foi superior às previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), isto é, 1,9%. Este contraste vem reduzir a distância económica entre o oriente e o ocidente e faz reflectir as vantagens e a confiança nos regimes do nosso País.

Sob os esforços do Governo da RAEM e a união das forças dos sectores, Macau conseguiu combater a epidemia, e nunca houve transmissões nos bairros comunitários. Contudo, como Macau é uma microeconomia altamente virada para o exterior, é de crer que haja ainda alguma distância até à imunidade colectiva, apesar do lançamento das vacinas e do facto de diversos países e regiões terem já avançado com a vacinação. Com a persistência da epidemia, as medidas de migração restritivas vão manter-se durante algum tempo em todo o mundo, portanto, o processo de recuperação económica está cheio de incertezas. Quanto mais tempo durar a epidemia, mais difícil ficará o negócio dalguns sectores, assim como a conjuntura do mercado de emprego. Embora em Macau não se registre um aumento notório da taxa de desemprego, a taxa de subemprego e o número dos respectivos trabalhadores bateram um novo recorde desde o Retorno à Pátria, o que merece a nossa atenção.

Assim sendo, apresento duas sugestões:

Primeiro, estudar e implementar políticas de apoio mais específicas e precisas. Antes de a epidemia terminar, há que continuar a reforçar as obras públicas que oferecem emprego em vez de apoios, e há que estudar a implementação de acções de formação remunerada e mais eficazes, com vista a assegurar o emprego dos residentes. Mais ainda, há que ajudar as empresas a lidar eficazmente com a epidemia prolongada.

Segundo, no Relatório das LAG para 2021, o Governo refere expressamente o aceleração da popularização do pagamento móvel. No ano passado, graças ao “cartão de consumo electrónico”, a popularização do pagamento através do telemóvel alcançou resultados notórios. A par de otimizar ainda mais o ambiente de negócio e a experiência de consumo em Macau, o Governo deve aproveitar esta ocasião para incentivar as micro, pequenas e médias empresas a acelerar a

actualização dos seus modelos de funcionamento tradicionais e a aprender com os modelos de negócio do Interior da China, mais amadurecidos e avançados, pois assim poderão reduzir significativamente os seus custos de exploração e elevar a eficiência do funcionamento. Pode tomar-se como referência o modelo do Interior da China, e acelerar o passo da informatização no sector da restauração, para, por exemplo, encomendar comida e proceder ao respectivo pagamento.